

AValiação DO CONHECIMENTO SOBRE NUTRIÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE DE UMA CIDADE DO LITORAL GAÚCHO

ASSESSMENT OF NUTRITION KNOWLEDGE AMONG PRIMARY HEALTH CARE PROFESSIONALS IN A CITY ON THE COAST OF RIO GRANDE DO SUL

EVALUACIÓN DEL CONOCIMIENTO NUTRICIONAL ENTRE PROFESIONALES DE ATENCIÓN PRIMARIA DE SALUD EN UN MUNICIPIO DEL LITORAL DE RIO GRANDE DO SUL

Louyse Damázio¹
Dieniffer Mesquita²

Resumo: A avaliação do conhecimento em nutrição entre profissionais da saúde é fundamental para assegurar a eficácia e qualidade dos serviços oferecidos à população. Esses profissionais desempenham um papel essencial na promoção da saúde e prevenção de doenças por meio da orientação nutricional. Este estudo avaliou o conhecimento em nutrição de profissionais da saúde em Torres/RS, conduzido em oito Unidades Básicas de Saúde (UBS) da Atenção Primária à Saúde (APS), envolvendo 50 participantes, incluindo médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem. Os profissionais foram avaliados quanto ao perfil sociodemográfico e ao conhecimento sobre nutrição, especialmente em relação ao Guia Alimentar para a População Brasileira. Os resultados indicaram que a maioria dos técnicos de enfermagem (65%) demonstrou baixo conhecimento em nutrição, enquanto apenas 6,2% dos enfermeiros e nenhum dos médicos apresentaram essa característica. Em contrapartida, 25% dos técnicos de enfermagem, 31,2% dos enfermeiros e 57,1% dos médicos demonstraram alto nível de conhecimento na área de nutrição. Quanto ao Guia Alimentar, a maioria dos profissionais afirmou não possuir conhecimento sobre o documento, com destaque para os técnicos de enfermagem (80%), enfermeiros (43,7%) e médicos (78,5%). No que diz respeito ao desempenho específico no número de acertos sobre o Guia Alimentar, 45% dos técnicos de enfermagem acertaram até 10 questões, enquanto nenhum dos enfermeiros e 28,5% dos médicos obtiveram o mesmo resultado. Para preencher essas lacunas de conhecimento, a implementação de programas de capacitação que abordem a ciência da nutrição, adaptados às necessidades de cada categoria profissional é recomendada.

Palavras-chave: Nutrição; profissionais de saúde; conhecimento; guia alimentar; capacitação.

Abstract: Assessing nutrition knowledge among health professionals is essential to ensure the effectiveness and quality of services offered to the population. These professionals play an essential role in promoting health and preventing diseases through nutritional guidance. This study evaluated the nutrition knowledge of health professionals in Torres/RS, conducted in eight Basic Health Units (UBS) of Primary Health Care (PHC), involving 50 participants, including doctors, nurses and nursing technicians. The professionals were evaluated regarding their sociodemographic

¹ Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: louyse3@hotmail.com.

² Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: dieniffermesquita@hotmail.com.

profile and knowledge about nutrition, especially in relation to the Food Guide for the Brazilian Population. The results indicated that the majority of nursing technicians (65%) declared low knowledge in nutrition, while only 6.2% of nurses and none of the doctors observed this characteristic. On the other hand, 25% of the nursing technicians, 31.2% of the nurses and 57.1% of the physicians demonstrated a high level of knowledge in the area of nutrition. Regarding the Food Guide, most professionals stated that they did not have knowledge about the document, especially nursing technicians (80%), nurses (43.7%) and physicians (78.5%). With regard to the specific performance in the number of correct answers on the Food Guide, 45% of the nursing technicians answered up to 10 questions correctly, while none of the nurses and 28.5% of the physicians obtained the same result. To fill these knowledge gaps, the implementation of training programs that address the science of nutrition, adapted to the needs of each professional category is recommended.

Keywords: Nutrition; Healthcare professionals; Knowledge; Dietary Guidelines; Training.

Resumen: Evaluar el conocimiento nutricional entre los profesionales de la salud es esencial para garantizar la efectividad y la calidad de los servicios ofrecidos a la población. Estos profesionales desempeñan un papel esencial en la promoción de la salud y la prevención de enfermedades mediante la orientación nutricional. Este estudio evaluó el conocimiento nutricional de los profesionales de la salud en Torres/RS, realizado en ocho Unidades Básicas de Salud (UBS) de Atención Primaria de Salud (APS), involucrando a 50 participantes, entre médicos, enfermeros y técnicos de enfermería. Los profesionales fueron evaluados con respecto a su perfil sociodemográfico y conocimiento sobre nutrición, especialmente en relación con la Guía Alimentaria para la Población Brasileña. Los resultados indicaron que la mayoría de los técnicos de enfermería (65%) declaró bajo conocimiento en nutrición, mientras que solo el 6,2% de los enfermeros y ninguno de los médicos observaron esta característica. Por otro lado, el 25% de los técnicos de enfermería, el 31,2% de los enfermeros y el 57,1% de los médicos demostraron un alto nivel de conocimiento en el área de nutrición. En cuanto a la Guía Alimentaria, la mayoría de los profesionales manifestaron desconocer el documento, especialmente los técnicos de enfermería (80%), el personal de enfermería (43,7%) y los médicos (78,5%). En cuanto al rendimiento específico en cuanto al número de respuestas correctas a la Guía Alimentaria, el 45% de los técnicos de enfermería respondieron correctamente hasta 10 preguntas, mientras que ningún profesional de enfermería y el 28,5% de los médicos obtuvieron el mismo resultado. Para subsanar estas deficiencias de conocimiento, se recomienda la implementación de programas de formación que aborden la ciencia de la nutrición, adaptados a las necesidades de cada categoría profesional.

Palabras clave: Nutrición; profesionales sanitarios; conocimiento; guías alimentarias; formación.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil tem passado por uma significativa transição nutricional, refletindo mudanças nos padrões alimentares e nas questões de saúde

pública. Este período histórico é caracterizado pela diminuição do consumo de alimentos tradicionais como cereais, raízes e tubérculos, e pelo aumento progressivo da adoção de uma dieta ocidental, rica em gorduras e açúcares (Oliveira et al., 2021). Essas mudanças têm desencadeado um aumento do excesso de peso em todas as faixas etárias e camadas sociais, sobrepondo-se à desnutrição e Contribuindo para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (Barros et al., 2021). Paralelamente, tem-se observado um aumento significativo de informações divergentes acerca do que constitui uma alimentação saudável (Almeida et al., 2019).

As ferramentas de orientação nutricional voltadas para a promoção da saúde, representam estratégias de grande importância e devem ser implementadas com eficácia. Para tanto, é essencial que os profissionais de saúde recebam a devida capacitação a fim de orientar adequadamente a população (Reis & Jaime, 2019). O Guia Alimentar Para a População Brasileira representa uma ferramenta fundamental para a promoção de uma alimentação saudável, abrangendo conceitos e diretrizes importantes para orientar escolhas alimentares conscientes, tais como o processamento dos alimentos, a comensalidade e os dez passos para uma alimentação saudável (Brasil, 2014). Este guia é amplamente utilizado como suporte em projetos de educação alimentar e nutricional no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e em outros setores, com o objetivo central de promover a saúde (Borges, 2021).

O papel da saúde pública na promoção da alimentação adequada e saudável é de suma importância para a qualidade de vida da população. A atuação do setor público, por meio de políticas, programas e ações de prevenção, exerce influência direta na orientação e incentivo a hábitos alimentares saudáveis, visando prevenir doenças e promover o bem-estar (Borges, 2021).

No contexto brasileiro, o Sistema Único de Saúde (SUS) desempenha um papel essencial ao fornecer iniciativas de proteção, promoção e restabelecimento da saúde, sendo a Atenção Primária à Saúde (APS) a principal porta de entrada dos cidadãos no SUS. As ações relacionadas à nutrição e alimentação dentro da APS devem estar alinhadas com as diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) (Brasil, 2013). O impacto positivo do sistema de saúde público e abrangente no Brasil é inegável, estabelecendo que a saúde é um direito de todos e uma responsabilidade do Estado. Os desafios relacionados ao programa de nutrição e alimentação na APS estão ligados ao aumento do acesso e ao acompanhamento contínuo para um número crescente de brasileiros, considerando os desafios relacionados à alimentação insuficiente e à obesidade como principais fatores de risco que contribuem para o impacto das enfermidades na população brasileira (Bortolini et al., 2020).

A APS é reconhecida como o primeiro nível de atenção em saúde no Brasil, orientada pelos princípios da universalidade, acessibilidade, continuidade do cuidado, integralidade da atenção, responsabilização, humanização e equidade (Santiago et al. 2020). Além disso, a definição de saúde proposta por Santiago et al. (2020) contempla o bem-estar físico, mental e social, levando em consideração o acesso a políticas públicas de saúde, saneamento básico e alimentação adequada. Bortolini et al. (2020) destacam a influência dos hábitos alimentares na saúde ao longo do tempo, enquanto Figueiredo (2019) ressalta a importância dos fatores socioculturais e econômicos na alimentação brasileira.

O acesso à alimentação adequada e saudável vai além da disponibilidade de alimentos de qualidade, exigindo também conhecimento e informação para escolhas que promovam a saúde e a sustentabilidade. Para isso, foi desenvolvido o Guia Alimentar Para a População Brasileira, que segundo Ministério da Saúde, é um

recurso fundamental que desempenha papel imprescindível ao fornecer diretrizes embasadas em evidências para promover a saúde da população. Ele propõe uma alimentação adequada e saudável, considerando aspectos sociais, biológicos e culturais, e classifica os alimentos em quatro grupos, desde os não processados até os ultraprocessados. Além disso, destaca a importância da alimentação para a saúde e qualidade de vida, enfocando elementos como comer em grupo e aspectos culturais relacionados às práticas alimentares (Brasil, 2014).

O referido documento orienta a população em direção a hábitos alimentares mais saudáveis e sustentáveis, considerando aspectos biológicos, sociais e culturais. Este apresenta estratégias importantes, como priorizar alimentos frescos ou levemente processados, usar gorduras, óleos, açúcar e sal com moderação, minimizar o consumo de alimentos processados e optar por não consumir alimentos altamente processados. Dessa forma, o guia representa um importante instrumento para promover a saúde e o bem-estar por meio de escolhas alimentares conscientes e equilibradas (Ministério da Saúde, 2014).

No que diz respeito às mudanças no comportamento alimentar e à transição nutricional, diversos fatores internos e externos influenciam o comportamento alimentar (Associação Brasileira para o estudo da obesidade e da síndrome metabólica [Abeso], 2022). Além disso, a disponibilidade de alimentos é determinada por políticas agrícolas, econômicas e sociais (Brasil, 2013).

Essas mudanças na alimentação, caracterizadas pela transição nutricional, têm destacado a prevalência do excesso de peso tem aumentado em todas as regiões do Brasil, enquanto a desnutrição tem apresentado declínio, como evidenciado por Bortolini et al. (2020) e Oliveira et al. (2021). Essas mudanças no perfil antropométrico-nutricional da população brasileira ao longo das últimas décadas também incluem a diminuição na ingestão de feijão e arroz e o aumento expressivo na ingestão de alimentos processados (Reis & Jaime, 2019).

A alteração nos hábitos alimentares tem contribuído para o crescimento da prevalência de sobrepeso e obesidade, resultando no aumento de enfermidades crônicas não transmissíveis, como ressaltado pela ABESO (2022). Essas transformações estão relacionadas a mudanças demográficas significativas, como a migração da população rural para áreas urbanas e o aumento da presença feminina no mercado de trabalho, impactando diretamente a qualidade da alimentação (Garcia, 2003).

Diante dessas transformações na sociedade e da complexidade das mudanças de hábitos alimentares, destaca-se o papel do nutricionista. Segundo Almeida et al. (2019), esses profissionais desempenham um papel fundamental como agentes de transformação na alimentação, por meio da educação alimentar e nutricional, auxiliando as pessoas a adotar práticas alimentares adequadas às suas necessidades nutricionais específicas.

O processo de formação do nutricionista teve início no Brasil entre os anos 1930-1940, com a criação dos primeiros quatro cursos no país. Inicialmente, o nutricionista atuava no setor de Saúde, com foco na alimentação individual e coletiva, enfrentando desafios em sua identidade profissional, autonomia e reconhecimento (Zeminian, 2018). Atualmente, estudos ressaltam a importância do nutricionista na promoção da saúde e na prevenção e tratamento de doenças, especialmente na rede primária de saúde (Oliveira & Teixeira, 2023).

Apesar da importância da atuação dos profissionais de saúde na promoção da alimentação saudável, é necessário reconhecer que muitos profissionais da saúde

enfrentam desafios relacionados ao despreparo quanto ao conhecimento sobre nutrição e hábitos alimentares saudáveis. A formação acadêmica enfrenta dificuldades na promoção da alimentação saudável, devido a deficiências curriculares em nutrição e uma formação fragmentada com viés mais biológico em detrimento das áreas sociais e humanas. Portanto, é essencial reorientar a capacitação desses profissionais, combinando conhecimento técnico com uma visão humanística para que possam desempenhar seu papel educativo na promoção da alimentação saudável com eficácia (Borges, 2021).

Seguir diretrizes embasadas em evidências científicas provenientes do Ministério da Saúde é uma abordagem simples e eficaz para promover a disseminação de informações sobre alimentação saudável, evitando suposições e desinformação. Essas orientações têm o potencial de auxiliar a população a fazer escolhas alimentares mais conscientes, sendo responsabilidade dos profissionais de saúde aprofundar seus conhecimentos nesse campo para melhor orientar tais escolhas (Brasil, 2013).

Com base nesses princípios, o objetivo geral deste artigo é avaliar o conhecimento em nutrição dos profissionais da área da saúde em uma cidade do litoral gaúcho. Os objetivos específicos incluem: investigar o perfil sociodemográfico da amostra de profissionais; avaliar o conhecimento em nutrição desses profissionais; compreender o nível de familiaridade dos profissionais de saúde pesquisados com o Guia Alimentar Para a População Brasileira; e, estabelecer correlações entre as variáveis demográficas e o conhecimento em nutrição dos profissionais pesquisados.

2 METODOLOGIA

Para determinar o tamanho da amostra, foi utilizada a fórmula proposta por Medronho (2009), considerando uma estatística normal padronizada bilateral ($z=1,96$) para um valor de α de 0,05 e uma prevalência estimada de 0,5%. Com um erro amostral máximo tolerável (ϵ) de 0,05 e uma população de $n=50$ profissionais, o tamanho mínimo da amostra necessário foi calculado em 8 indivíduos ao total (sem distinção de categoria).

Conseguimos contemplar 50 indivíduos, ou seja, 100% da amostra de profissionais médicos, enfermeiros e técnicos da APS na cidade estudada.

Os critérios de inclusão para participação na pesquisa envolveram profissionais de saúde de ambos os sexos que estão atualmente trabalhando na APS, concordaram em participar da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) anexado ao artigo.

Como instrumento para a coleta de dados, foram utilizados três questionários autoaplicáveis. O primeiro é um questionário sociodemográfico dos profissionais de saúde, desenvolvido pelas pesquisadoras, considerando informações clínicas como sexo, idade, cor da pele, estado civil e formação.

Para o segundo instrumento, foi utilizado o Questionário de Conhecimentos em Nutrição (QCN), composto por 12 itens que avaliam a relação entre alimentação e doenças, atitudes nutricionais para prevenção de doenças, composição de fibras e gorduras nos alimentos, e recomendações de frutas e hortaliças para uma boa saúde. A classificação do conhecimento nutricional dos participantes foi baseada em critérios de pontuações totais: 0 a 6 indicando baixo conhecimento nutricional; 7 a 9 indicando conhecimento moderado; e ≥ 10 indicando alto conhecimento em nutrição (Scagliusi et al., 2006).

E, o terceiro instrumento de avaliação visava compreender o conhecimento dos profissionais de saúde da atenção básica sobre o conteúdo e a abordagem do Guia Alimentar para a População Brasileira. Este instrumento é composto por 16 questões em formato de afirmação, onde os profissionais poderiam assinalar como respostas: “verdadeiro”, “falso” ou “não sei”. Para análise dos resultados, foi considerado o número de acertos de cada profissional, calculando posteriormente a média de acertos, variando entre 0 e 16 acertos (Tramontt et al., 2021).

Os dados coletados na presente pesquisa, identificada pelo CAAE 75208523.5.0000.0119, foram analisados utilizando-se as ferramentas Excel e SPSS. Inicialmente, os dados foram organizados em planilhas do Excel. Subsequentemente, os dados foram importados para o SPSS, onde foram calculadas a média e o desvio padrão para cada variável ou frequência e porcentagem, permitindo uma compreensão abrangente da tendência central e da dispersão dos dados.

3 RESULTADOS

A amostra foi composta por 50 profissionais de saúde, sendo 20 técnicos de enfermagem, 16 enfermeiros e 14 médicos. A Tabela 1 apresenta os dados referentes ao perfil sociodemográfico destes profissionais entrevistados.

Tabela 1 - Perfil Sociodemográfico dos Profissionais de Saúde Entrevistados.

	Técnicos de enfermagem (n=20)	Enfermeiros (n=16)	Médicos (n=14)	Total (n=50)
Idade*	46,7 ± 8,17	37,6 ± 5,8	29,5 ± 7,5	
Sexo				
Feminino	20 (100%)	12 (75%)	6 (42,8%)	38 (76%)
Masculino	0	4 (25%)	8 (57,1)	12 (24%)
Cor da pele				
Branca	20 (100%)	14 (87,5%)	9 (64,2%)	43 (86%)
Parda	0	1 (6,2%)	3 (21,4%)	4 (8%)
Preta	0	1 (6,2%)	2 (14,2%)	3 (6%)
Estado civil				
Solteiro	7 (35%)	3 (18,7%)	4 (28,5%)	14 (28%)
Casado	9 (45%)	13 (81,5%)	10 (71,4%)	32 (64%)
Separado	4 (20%)	0		4 (8%)

Legenda: *média ± desvio padrão. Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Apresentamos a seguir os resultados referentes ao conhecimento em nutrição desses profissionais, conforme demonstrado na Tabela 2, nela, são demonstrados dados relevantes que nos permitem compreender o nível de familiaridade e entendimento desses profissionais em relação à nutrição, fornecendo insights importantes para a avaliação de suas competências nessa área específica.

Tabela 2 - Conhecimento em Nutrição dos Profissionais de Saúde Entrevistados.

	Técnicos de enfermagem (n=20)	Enfermeiros (n=16)	Médicos (n=14)	Total (n=50)
Conhecimento em nutrição				
Baixo	13 (65%)	1 (6,2%)	0	14 (28%)
Moderado	2 (10%)	10 (62,5%)	6 (42,8%)	18 (36%)
Alto	5 (25%)	5 (31,2%)	8 (57,1%)	18 (36%)

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A seguir, estão dispostos os resultados da Tabela 3 sobre o conhecimento dos profissionais de saúde acerca do Guia Alimentar para a População Brasileira. É importante ressaltar que quando analisado a pontuação de acertos acerca dos dados do Guia Alimentar, nota-se que a maior parte de todos os profissionais acertaram as perguntas sobre nutrição. No entanto, ressalta-se que todo o grupo de enfermeiros avaliados acertaram 100% das questões.

Tabela 3 - Conhecimento dos Profissionais de Saúde Entrevistados sobre o Conteúdo e a Abordagem do Guia Alimentar para a População Brasileira.

	Técnicos de enfermagem (n=20)	Enfermeiros (n=16)	Médicos (n=14)	Total (n=50)
Conhecimento do Guia Alimentar				
Sim	4 (20%)	9 (56,2%)	3 (21,4%)	16 (32%)
Não	16 (80%)	7 (43,7%)	11 (78,5%)	34 (68%)
Número de acertos sobre o Guia				
Até 10 acertos	9 (45%)	0	4 (28,5%)	13 (26%)
Acima de 10 acertos	11 (55%)	16 (100%)	10 (71,4%)	37 (74%)

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Os resultados da Tabela 3 evidenciam a disparidade no conhecimento dos profissionais de saúde sobre o Guia Alimentar para a População Brasileira. Notou-se que, enquanto 20% dos técnicos de enfermagem afirmaram possuir conhecimento, esse percentual foi significativamente maior entre os enfermeiros, atingindo 56,2%, e menor entre os médicos, com 21,4%. Por outro lado, a maioria dos técnicos de enfermagem (80%), enfermeiros (43,7%) e médicos (78,5%) afirmaram não possuir conhecimento sobre o Guia Alimentar.

Além disso, em relação ao desempenho no número de acertos sobre o Guia Alimentar, constatou-se que 45% dos técnicos de enfermagem alcançaram até 10 acertos, contrastando com nenhum dos enfermeiros e 28,5% dos médicos. Por outro lado, a maioria dos técnicos de enfermagem (55%), todos os enfermeiros (100%) e a maioria dos médicos (71,4%) obtiveram mais de 10 acertos.

4 DISCUSSÃO

A amostra da pesquisa foi composta por 50 profissionais de saúde, distribuídos entre 20 técnicos de enfermagem, 16 enfermeiros e 14 médicos. A média de idade variou significativamente entre os grupos: os técnicos de enfermagem apresentaram uma média de 46,7 anos, os enfermeiros 37,6 anos e os médicos 29,5 anos. A maioria dos técnicos de enfermagem (100%) era do sexo feminino, enquanto entre enfermeiros e médicos, a representatividade masculina foi maior. A análise da cor da pele mostrou que 100% dos técnicos eram classificados como brancos, enquanto essa proporção foi de 87,5% entre os enfermeiros e 64,2% entre os médicos.

Em relação ao conhecimento em nutrição, 65% dos técnicos de enfermagem demonstraram um nível baixo, contrastando com apenas 6,2% dos enfermeiros e nenhum médico. Um total de 10% dos técnicos apresentou conhecimento moderado, em comparação com 62,5% dos enfermeiros e 42,8% dos médicos, indicando uma preocupação com a capacitação dos profissionais que atuam diretamente no cuidado ao paciente. O nível alto de conhecimento em nutrição foi mais frequente entre os médicos (57,1%) do que entre os outros grupos.

A análise do conhecimento sobre o Guia Alimentar para a População Brasileira revelou que apenas 20% dos técnicos de enfermagem afirmaram conhecê-lo, enquanto 56,2% dos enfermeiros e 21,4% dos médicos relataram ter esse conhecimento. Em termos de desempenho, 45% dos técnicos acertaram até 10 questões sobre o Guia Alimentar para a População Brasileira, enquanto nenhum enfermeiro ficou nessa categoria, refletindo uma lacuna significativa na formação nutricional dos técnicos. Esses resultados ressaltam a necessidade de educação continuada em nutrição para todos os profissionais de saúde, visando melhorar a qualidade das orientações alimentares oferecidas aos pacientes.

De acordo com Borges (2021), a Assistência Alimentar e Nutricional (AAN) é descrita como a efetivação de um direito essencial para os indivíduos, garantindo o acesso regular e equitativo a uma alimentação adequada às necessidades sociais e biológicas das pessoas, em consonância com as fases da vida e as particularidades alimentares especiais, considerando e adaptando, quando necessário, o contexto cultural local. Essa abordagem deve seguir os princípios da diversidade, qualidade, equilíbrio, moderação e prazer gustativo, contemplando aspectos étnicos, raciais e de gênero, assim como práticas de produção ecologicamente sustentáveis, livres de contaminantes químicos, biológicos e físicos, e sem organismos geneticamente modificados.

Quanto ao perfil sociodemográfico dos profissionais de saúde entrevistados, constatou-se que 55% eram do sexo feminino, evidenciando uma leve predominância das mulheres na amostra. No que diz respeito à faixa etária, a maioria dos participantes (40%) situava-se entre 30 e 40 anos, seguida por 35% na faixa etária entre 40 e 50 anos. Em relação à etnia declarada, 60% dos entrevistados autodeclararam-se brancos, revelando uma predominância significativa nesse grupo. Quanto ao estado civil, a maioria dos profissionais (65%) era casada. Essas informações são pertinentes para compreender o contexto sociodemográfico dos profissionais de saúde participantes do estudo e podem influenciar a interpretação dos resultados sobre o conhecimento em nutrição e familiaridade com o Guia Alimentar para a População Brasileira.

A relevância dos profissionais de saúde como difusores de informações é fundamental para a promoção da saúde da população. É crucial que esses

profissionais tenham conhecimento em nutrição para orientar adequadamente os pacientes, como ressaltado por Borges (2021).

Os resultados obtidos revelam diferenças significativas no conhecimento em nutrição entre os diversos grupos de profissionais de saúde entrevistados. Enquanto a maioria dos técnicos de enfermagem demonstrou um nível baixo de conhecimento (65%), enfermeiros e médicos apresentaram distribuições mais equilibradas, com uma parcela considerável demonstrando alto conhecimento em nutrição. Essa disparidade ressalta a importância da formação profissional e atualização contínua desses profissionais para garantir orientações precisas sobre alimentação saudável.

Esses resultados evidenciam a necessidade de estratégias específicas de capacitação e educação continuada para preencher as lacunas identificadas em cada categoria profissional. Investir em programas direcionados para os técnicos de enfermagem pode contribuir significativamente para melhorar o entendimento em nutrição nesse grupo (Tramontt et al., 2023).

Segundo estudos de Reis e Jaime (2019), ainda persiste a ideia entre os profissionais de saúde de que a responsabilidade pela orientação sobre alimentação saudável deve ser exclusiva dos nutricionistas. No entanto, é essencial reconhecer que a promoção da saúde e o aconselhamento nutricional são aspectos interdisciplinares que demandam a participação ativa de diversos profissionais da área da saúde para garantir um cuidado holístico e eficaz. Destaca-se, portanto, a relevância do nutricionista na equipe multiprofissional, uma vez que sua formação especializada é essencial para a implementação de intervenções nutricionais adequadas e personalizadas, promovendo assim a saúde e o bem-estar dos pacientes de maneira mais abrangente e fundamentada.

Como destacado por Borges (2021), é fundamental ressaltar que muitas doenças estão relacionadas a escolhas inadequadas de alimentação, influenciadas ou não pela mídia. Os profissionais de saúde enfrentam o desafio de lidar com essa realidade emergente, que nem sempre é abordada de forma adequada em suas formações acadêmicas. É necessário capacitar esses profissionais para compreender melhor os determinantes causais desses problemas e promover uma abordagem mais integrada no cuidado com a alimentação e a saúde.

O Guia Alimentar da População Brasileira é um documento essencial para apoiar a promoção da saúde e práticas alimentares saudáveis e sustentáveis, tanto individualmente quanto coletivamente. Ele também subsidia a formulação de políticas e programas voltados à segurança alimentar e nutricional da população (Brasil, 2014).

A primeira edição do Guia Alimentar Para a População Brasileira, lançada em 2006, tinha foco nas orientações quantitativas sobre grupos alimentares, porções recomendadas, interpretação de dados em embalagens, consumo de calorias e graduação alcoólica. Já a segunda edição, de 2014, mudou para priorizar a qualidade da alimentação no Brasil, destacando modo de se alimentar, seleção de alimentos, tradições culinárias e hábitos saudáveis. Essa evolução busca promover escolhas conscientes e saudáveis considerando a qualidade e contexto cultural da alimentação (Figueiredo, 2019; Borges, 2021).

Os guias alimentares, como recomendações oficiais nacionais elaboradas de acordo com a realidade epidemiológica, necessidades nutricionais e padrões alimentares e culturais de cada país, são ferramentas fundamentais a serem utilizadas no processo de educação em saúde. Devem ser aproveitados por profissionais de saúde para promover a alimentação saudável como parte essencial do cuidado integral oferecido aos indivíduos e comunidades (Tramontt, 2023). A integração desses guias na prática clínica e educacional dos profissionais de saúde é crucial para

enfrentar os desafios contemporâneos relacionados à alimentação e saúde da população. Além disso, a capacitação constante dos profissionais é fundamental para que possam utilizar essas ferramentas de forma eficaz, melhorando assim a compreensão e aplicação das diretrizes propostas. Assim, é possível fortalecer a promoção da saúde e o incentivo a práticas alimentares saudáveis e sustentáveis, contribuindo para o bem-estar individual e coletivo (Budnik, 2022).

Nos achados de Rodrigues e Garcia (2023), os profissionais de saúde precisam ter um entendimento aprofundado sobre todo o teor do Guia Alimentar para a População Brasileira, com o propósito de transmitir informações seguras, apropriadas e fundamentadas para a população, auxiliando na propagação de práticas alimentares saudáveis e na promoção da saúde.

Os resultados apresentados na Tabela 3 mostram uma disparidade no conhecimento dos profissionais de saúde sobre o Guia Alimentar para a População Brasileira. Nota-se que a maioria dos técnicos de enfermagem (80%), enfermeiros (43,7%) e médicos (78,5%) afirmaram não possuir conhecimento sobre o Guia Alimentar. Na pesquisa realizada por Budnik (2022), foi evidenciado que a maior parte dos profissionais da área da saúde ainda não tem familiaridade ou não se sente confiante para lidar com o Guia Alimentar, mesmo após oito anos desde sua divulgação.

No estudo conduzido por Figueiredo (2019) com profissionais de saúde do município de Itaqui/RS, observa-se uma escassa familiaridade dos entrevistados com a versão mais recente do Guia Alimentar Para a População Brasileira. Segundo os resultados obtidos, esses profissionais demonstraram uma perspectiva majoritariamente baseada em números em relação à alimentação saudável, ou seja, consideravam que as orientações nutricionais saudáveis deveriam focar nas quantidades fornecidas em detrimento dos padrões alimentares/modos de se alimentar.

Rodrigues e Garcia (2023) apontam que o entendimento sobre o referido documento entre médicos e enfermeiros da Estratégia Saúde da Família (ESF) foi semelhante; no entanto, ficou claro o desconhecimento do conteúdo integral desse guia. Apesar dos dados da pesquisa citada ter mostrado percepções acerca do conceito central do guia, notou-se que não possuem conhecimento pleno de todas as suas orientações e recomendações. Essa lacuna se reflete na falta de confiança e incerteza ao utilizar o instrumento no dia a dia da Atenção Primária à Saúde (APS), bem como na habilidade da equipe em promover a alimentação saudável no local onde atua. Para superar esses obstáculos, torna-se fundamental oferecer treinamento aos profissionais da ESF, consolidando o conhecimento em alimentação e nutrição e fomentando a colaboração entre os profissionais de saúde para assumir conjuntamente a responsabilidade na assistência nutricional na APS.

Tramontt et al. (2023) destacam a importância de intervenções para aprimorar a compreensão do Guia Alimentar, enfatizando a necessidade de capacitação como forma de elevar o conhecimento dos profissionais sobre esse recurso fundamental para orientação nutricional da população. É por meio dessas capacitações que os profissionais podem melhorar sua prática.

Ao analisar o desempenho em relação ao Guia Alimentar, observa-se que 45% dos técnicos de enfermagem acertaram até 10 questões, enquanto nenhum dos enfermeiros e 28,5% dos médicos ficaram nessa faixa. Por outro lado, a maioria dos técnicos de enfermagem (55%), todos os enfermeiros (100%) e a maioria dos médicos (71,4%) acertaram mais de 10 perguntas, demonstrando um conhecimento mais

sólido sobre o Guia Alimentar.

Budnik (2022) também destaca que os profissionais entrevistados possuem um conhecimento razoável sobre as orientações do documento. O instrumento com 16 perguntas utilizado pela autora revelou que em 14 delas a taxa de acerto pelos profissionais foi superior a 50%, evidenciando uma boa compreensão sobre os elementos que contribuem para condutas alimentares saudáveis. No entanto, mesmo com essa média de acertos, nota-se que não há um domínio completo sobre o conteúdo do Guia. Essa falta de domínio pode ser atribuída ao fato de muitos profissionais de saúde, que não são nutricionistas, não receberam informações adequadas durante sua formação universitária ou devido ao baixo nível de conhecimento em relação à importância da orientação para uma alimentação saudável e os fatores determinantes da saúde.

Reis e Jaime (2019) apontam a necessidade de capacitar os profissionais de saúde, especialmente os técnicos de enfermagem, visando melhorar sua compreensão e domínio do Guia Alimentar para a População Brasileira. A disparidade no conhecimento entre as diferentes categorias profissionais ressalta a importância de estratégias específicas para cada grupo, garantindo que todos estejam aptos a fornecer orientações nutricionais embasadas aos pacientes.

A análise conjunta dos dados das Tabelas 2 e 3 oferece subsídios valiosos para o desenvolvimento de programas de capacitação contínua personalizados, contribuindo para uma atuação mais qualificada dos profissionais no âmbito da orientação alimentar e nutricional.

A diferença marcante no desempenho entre os grupos de profissionais ressalta a importância de abordagens distintas para a capacitação, considerando as necessidades específicas de cada categoria. Estratégias que englobem treinamentos práticos, materiais educativos específicos e atualizações regulares podem significativamente contribuir para aprimorar o conhecimento e a aplicação do Guia Alimentar no contexto da assistência à saúde (Rodrigues; Garcia, 2023). É imperativo implementar estratégias eficazes para preencher as lacunas de conhecimento identificadas, garantindo que os profissionais estejam alinhados com as diretrizes atuais e capacitados para orientar adequadamente os pacientes em relação à alimentação saudável.

Conforme Budnik (2022), é essencial que esses profissionais de saúde participem de programas de formação contínua para adquirir segurança em suas atividades e nas atividades do grupo no âmbito da saúde pública, visando promover o uso de técnicas preventivas e não apenas terapêuticas. Reis e Jaime (2019) complementam destacando que a educação continuada em saúde estimula a autoestima profissional e o reconhecimento por parte de outros profissionais de saúde e da comunidade, reduzindo os impactos do paradigma biomédico. A prevalência desse modelo curativo e centrado no hospitalocentrismo contribui para relegar a um plano secundário as estratégias de incentivo a uma alimentação correta e saudável no SUS. Ressaltam ainda, a necessidade de métodos mais eficazes de treinamento para os profissionais de saúde que atuam na ABS visando a aplicação do Guia Alimentar.

O investimento em capacitação contínua dos profissionais de saúde, com foco em abordagens diferenciadas, atualização constante e utilização de fontes confiáveis, é fundamental para garantir a qualidade da assistência prestada e promover práticas mais eficazes em relação à alimentação saudável dentro do contexto da saúde pública.

5 CONCLUSÃO

Os resultados reforçam a necessidade de estratégias diferenciadas para capacitação, levando em consideração as particularidades e demandas específicas de cada categoria profissional. A implementação de abordagens adaptadas às necessidades individuais pode contribuir significativamente para preencher as lacunas de conhecimento identificadas, resultando em uma melhoria concreta na compreensão e aplicação do Guia Alimentar.

A promoção da atualização e do conhecimento sobre o Guia Alimentar para a População Brasileira entre os profissionais de saúde é essencial para garantir orientações nutricionais eficazes e embasadas em evidências. A implementação de programas direcionados e adaptados às necessidades específicas de cada categoria profissional é crucial para preencher as disparidades identificadas, promovendo assim uma prática mais consistente e informada no âmbito da orientação nutricional.

REFERÊNCIAS

- Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. (2022). *Posicionamento sobre o tratamento nutricional do sobrepeso e da obesidade* (1a ed.). https://abeso.org.br/wp-content/uploads/2022/11/posicionamento_2022-alterado-nov-22-1.pdf
- Almeida, J., Silva, R. P., Oliveira, M. R. M., Castro, I. R. R., & Souza, A. M. (2019). Avaliação do conhecimento em nutrição de ingressantes dos cursos de graduação da área de saúde e sua associação com o estado nutricional. *RBONE - Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, 13(79), 417–425. <https://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/976>
- Barros, D., Carvalho, A. P., & Pereira, S. S. (2021). A influência da transição alimentar e nutricional sobre o aumento da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis. *Brazilian Journal of Development*, 7(7), 74647–74664. <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/33526>
- Borges, A. L. B. (2021). *Desenvolvimento de material educativo baseado no Guia Alimentar para População Brasileira: subsídio para abordagem da alimentação e nutrição de profissionais da atenção básica* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro]. Repositório Institucional UNIRIO. <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/13586>
- Bortolini, G. A., Oliveira, T. F. V., Silva, S. A., Santin, R. C., Medeiros, O. L., Spaniol, A. M., Pires, A. C. L., Alves, M. F. M., & Faller, L. A. (2020). Ações de alimentação e nutrição na atenção primária à saúde no Brasil. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 44, e39. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2020.39>
- Ministério da Saúde. (2014). *Guia alimentar para a população brasileira* (2a ed.). https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf

- Ministério da Saúde. (2013). *Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNaN* (1a ed.). https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf
- Budnik ECG. Conhecimento e utilização do Guia Alimentar para a População Brasileira por profissionais de saúde de uma cidade do interior do Paraná [Trabalho de Conclusão de Curso- Graduação em Nutrição]. Guarapuava; Centro Universitário Campo Real; 2022.
- Conselho Federal de Nutricionistas (CFN). (2020). *Resolução CFN nº 656, de 15 de Junho de 2020*. <http://sisnormas.cfn.org.br:8081/viewPage.html?id=656>
- Figueiredo, I. C. R., Jaime, P. C., & Monteiro, C. A. (2008). Fatores associados ao consumo de frutas, legumes e verduras em adultos da cidade de São Paulo. *Revista de Saúde Pública*, 42(5), 777-785. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102008000500005>
- Garcia, R. W. D. (2003). Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. *Revista de Nutrição*, 16(4), 455-466. <https://doi.org/10.1590/S1415-52732003000400011>
- Medronho, R. A. (2009). *Epidemiologia*. Atheneu.
- Oliveira, N., Santin, F., Paraizo, T. R., Sampaio, J. P., Moura-Nunes, N., & Canella, D. S. (2021). Baixa variedade na disponibilidade domiciliar de frutas e hortaliças no Brasil: dados das POF 2008-2009 e 2017-2018. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(11), 2586-2595. <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.25862020>
- Oliveira, T. P., & Teixeira, F. P. (2023). A importância do nutricionista para a promoção da saúde na atenção básica: uma revisão integrativa. *RECIMA21*, 4(2). <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/2765/2054>
- Reis, L. C., & Jaime, P. C. (2019). Conhecimento e percepção da autoeficácia e eficácia coletiva de profissionais de saúde para a implementação do Guia Alimentar na Atenção Básica. *DEMETRA*, 14, e39140. <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/server/api/core/bitstreams/e19ded88-ec87-43ab-a52c-b355a7d7f927/content>
- Rodrigues, H. T. B., & Garcia, M. T. (2023). Conhecimento e aplicação do Guia Alimentar na promoção da alimentação adequada e saudável: estudo com médicos e enfermeiros da ESF. *Boletim do Instituto de Saúde - BIS*, 24(2), 69–77. <https://doi.org/10.52753/bis.v24i2.40159>
- Santiago, C., Santos, L. A. B., & Oliveira, A. P. (2020). Contribuições da Fundação Nacional de Saúde na pesquisa em saúde e saneamento no Brasil. *Saúde e Sociedade*, 29(2), e190329. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020190329>

- Scagliusi, F. B., Polacow, V. O., & Cordás, T. A., Coelho, D., Alvarenga, M., Philippi, S. T., & Lancha Jr, A. H. (2006). Tradução, adaptação e avaliação psicométrica da Escala de Conhecimento Nutricional do National Health Interview Survey Cancer Epidemiology. *Revista de Nutrição*, 19(4), 425-436. <https://doi.org/10.1590/S1415-52732006000400001>
- Tramontt, C. R., Jaime, P. C., & Reis, L. C. (2023). Conhecimento, autoeficácia e práticas profissionais relacionadas ao Guia Alimentar para a população brasileira na atenção primária à saúde. *Cadernos Saúde Coletiva*, 31(3), e31030215. <https://doi.org/10.1590/1414-462X202331030215>
- Tramontt, C. R., Jaime, P. C., & Reis, L. C. (2021). Dietary guidelines training may improve health promotion practice: Results of a controlled trial in Brazil. *Nutrition and Health*, 27(3), 347-356. <https://doi.org/10.1177/0260106021996924>
- Zeminian, L. B. (2018). *A formação do nutricionista para atuação na atenção básica na perspectiva de docentes* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional UFSCar. https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10315/ZEMINIAN_Larissa_2018.pdf?sequence=6&isAllowed=y